

A EVOLUÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO METROPOLITANO SEGUNDO A LEITURA DA NOVA METODOLOGIA DA PESQUISA MENSAL DE EMPREGO NO PERÍODO DE MARÇO DE 2002 A DEZEMBRO DE 2006

Marcelo de Ávila*

1 INTRODUÇÃO

A Pesquisa Mensal de Emprego (PME), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), é uma das mais utilizadas para a análise conjuntural do mercado de trabalho. Mesmo sabendo-se de suas limitações geográficas – cobre apenas seis regiões metropolitanas (RMs)¹ –, sua periodicidade mensal e contemporaneidade trazem uma riqueza de informações de forma muito ágil para o monitoramento de curto e médio prazos do mercado de trabalho brasileiro. Apesar de existirem outras fontes de informação mais robustas sobre o tema, como a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) e a Relação Anual de Informações Sociais (Rais), a periodicidade anual dessas duas fontes limita a presteza e o alcance da análise conjuntural sobre o emprego, dificultando assim a interpretação e/ou o diagnóstico dos resultados provenientes de flutuações macroeconômicas e impactos de políticas públicas.

A PME vem fornecendo indicadores sobre o mercado de trabalho desde 1980 e sofreu uma revisão metodológica em 1982. A abertura comercial, a internacionalização e a integração macrorregional dos mercados e a globalização do capital, assim como as inovações tecnológicas, provocaram profundas mudanças na estrutura produtiva e, em consequência, na alocação da força de trabalho e nas relações de trabalho (ver IBGE, 2002). Somando-se a isso, recomendações da Organização Internacional do Trabalho (OIT) defendiam uma investigação mais apropriada da força de trabalho. Assim, em 2002, fez-se outra revisão mais profunda da pesquisa, com significativas alterações metodológicas.

A nova metodologia da PME visa captar de forma mais abrangente as características do trabalho, assim como as diversas formas de inserção no mercado de trabalho. De acordo com o IBGE, os principais objetivos da alteração da metodologia foram:

- a) implementação de algumas mudanças conceituais no tema trabalho, seguindo-se as recomendações internacionais;
- b) ampliação da investigação para se ter melhor conhecimento da população economicamente ativa (PEA) e da população disponível para o mercado de trabalho;
- c) ajustamento no processo de rotação da amostra para dar mais condições de acompanhamento longitudinal dos resultados;
- d) melhor operacionalização dos quesitos para captação das informações de modo a aprimorar a mensuração dos fenômenos; e
- e) introdução do uso do dispositivo eletrônico para a realização das operações de coleta de dados, visando a aprimorar o sistema operacional da pesquisa e a agilizar a apuração dos resultados;

* Pesquisador da Diretoria de Estudos Macroeconômicos do Ipea.

1. Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Recife, Salvador e Porto Alegre.

As acentuadas distinções entre a metodologia nova e antiga da PME impossibilitam a comparação, e, logo, o encadeamento de suas séries históricas. Com base nessa limitação, esta Nota tem o objetivo de investigar as principais variáveis agregadas do mercado de trabalho metropolitano nos últimos cinco anos² com base na nova metodologia da PME – posta em prática pela primeira vez em março de 2002.

Desde então, o mercado de trabalho registrou alterações significativas em seus indicadores. A alta flutuação na variação do PIB trouxe consigo diferentes dinâmicas no fluxo de abertura de novos postos de trabalho, assim como na procura por empregos, o que resultou em diferentes evoluções da taxa de desemprego e dos rendimentos médios reais do trabalho principal.

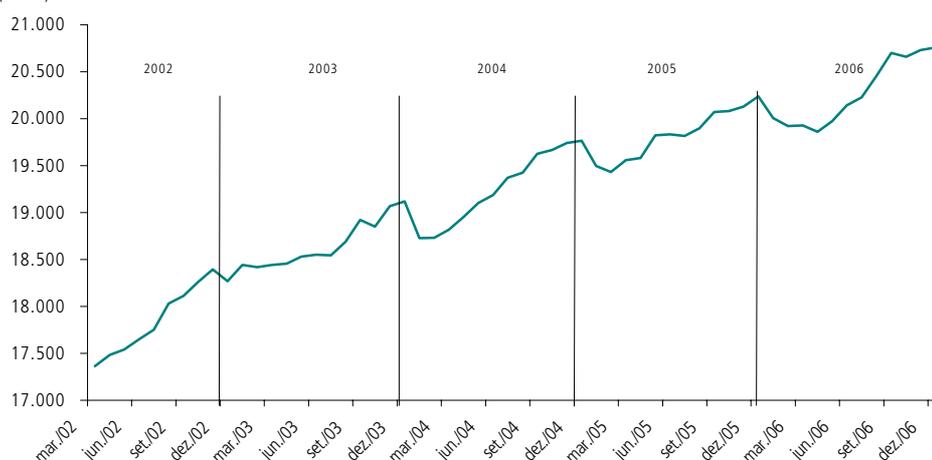
Esta Nota está dividida em mais quatro seções além desta. Na próxima seção faz-se a análise da ocupação e de suas desagregações mais relevantes, para, em seguida, descrever os movimentos da taxa de desemprego – focando também na oferta e na procura por trabalho. Na penúltima parte são analisados os movimentos dos rendimentos reais, a que se seguem algumas considerações gerais.

2 OCUPAÇÃO

A ocupação cresceu em 3,4 milhões de pessoas desde março de 2002 – representando média mensal de 58,5 mil novas vagas no período entre março de 2002 e dezembro de 2006 –, atingindo o nível de 20,8 milhões em dezembro de 2006. Apesar da clara tendência de crescimento apontada pela curva do nível de ocupação (gráfico 1), a evolução anual desse indicador se deu de forma bastante diferente nesses anos.

Primeiramente, os aspectos sazonais são facilmente identificados, em especial, nos anos de 2004 a 2006, onde há o claro movimento de redução da ocupação no início do ano, com uma recuperação nos meses seguintes, sendo mais intensa no segundo semestre. A intensidade das quedas e, logo, das recuperações do emprego estão intimamente ligadas aos ciclos econômicos existentes nos anos em questão. Embora, inicialmente possa parecer que quanto

GRÁFICO 1
Evolução da ocupação metropolitana
(Em mil)



Fonte: PME/IBGE.

2. Mais precisamente o período de análise compreende de março de 2002 a dezembro de 2006.

maior o número de criações de vagas em um determinado ano, melhor seria a evolução do mercado de trabalho, isso não é de toda forma correto, pois não só a quantidade de vagas é importante, mas sua qualidade também deve ser levada em consideração no diagnóstico sobre a evolução do emprego.

O gráfico 2 mostra a criação anual de novas vagas desde 2002. Dado que a nova metodologia da PME começa em março de 2002, foi contabilizada também a criação de novas vagas no período de março a dezembro de cada ano, para tornar comparável a evolução do mercado de trabalho naquele ano com os demais.

Pela análise do fluxo de novos empregos, de janeiro a dezembro de cada ano, percebe-se que após o forte crescimento da ocupação em 2003 (851 mil) houve tendência de perda de ímpeto na criação de vagas nos anos seguintes, com interrupção desse movimento somente em 2006, quando a criação de empregos nesse ano ultrapassou o número do ano anterior. O ano de 2006, em especial, chamou a atenção pela retração mais prolongada da ocupação nos primeiros meses do que o registrado em períodos anteriores. Porém, a recuperação posterior da ocupação naquele ano foi de tal sorte que, ao final daquele ano, o saldo de novas vagas em 12 meses (520 mil) foi superior ao registrado no ano anterior (474 mil).

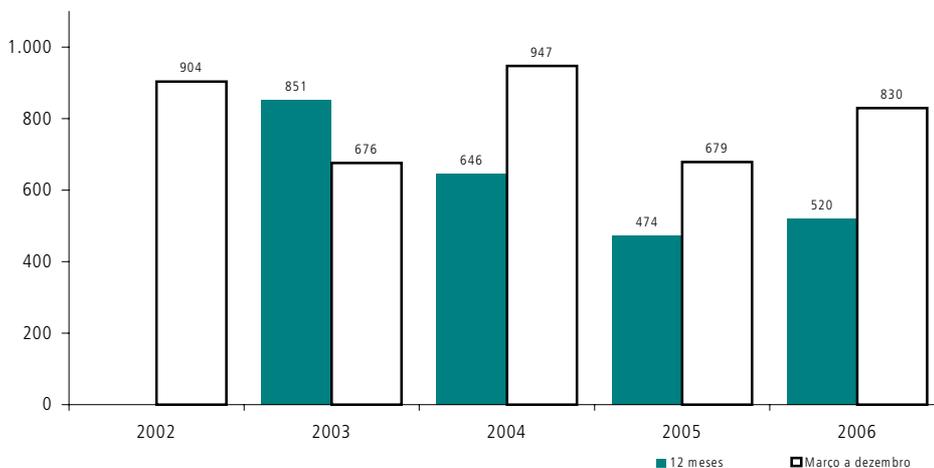
Interessante observar que a maior criação de empregos – 851 mil em 2003 – se deu justamente quando o PIB cresceu menos (1,1%, pela nova metodologia das Contas Nacionais). Ao comparar com o ocorrido nos anos seguintes, quando o PIB cresceu em ritmo maior, houve um número menor de criação de vagas. Por exemplo, em 2004 e 2005, quando o PIB cresceu, respectivamente, 5,7% e 2,9%, a criação de empregos foi, na mesma ordem, de 646 mil e 474 mil.

Esse resultado pode parecer um contra-senso, uma vez que se espera que haja correlação positiva entre o crescimento econômico e a criação de novos empregos. No entanto, o que ocorreu em 2003 foi uma exceção, pois o mercado de trabalho naquele ano registrou uma evolução bem diferente da observada nos outros anos devido a: *a)* o movimento sazonal de queda da ocupação no início do ano praticamente não existiu; e *b)* as vagas então criadas, apesar de numerosas, foram, na maioria absoluta, caracterizadas por oportunidades precárias de trabalho, ou seja, informais e com salários reduzidos. Esse fenômeno, porém, será

GRÁFICO 2

Criação líquida de vagas

(Em mil)



Fonte: IBGE/PME.

adequadamente explicado quando for analisada adiante a expansão da ocupação pelos diferentes vínculos do trabalho.

A análise do fluxo de empregos no período de março a dezembro de cada ano mostra maior sincronia com os movimentos do PIB. Em 2004, quando o PIB cresceu mais do que nos demais anos aqui analisados, o emprego também avançou mais rapidamente (947 mil). O que ocorreu nos outros anos também obedece à mesma ordem segundo a qual quanto maior o crescimento econômico, maior a criação de empregos de março a dezembro no respectivo ano.

A ocupação desagregada por RMs mostra uma evolução bastante particular em cada RM, como aponta a tabela 1. Além da média anual de criação de vagas em cada RM para todo o período, fez-se também o cálculo da média com a exclusão do ano de 2002, devido à inexistência de registro de movimentos da ocupação nos meses de janeiro e fevereiro daquele ano.

Das seis RMs cobertas pelo PME, aquelas que registraram crescimento da ocupação acima da média total foram Belo Horizonte, Salvador e São Paulo. Belo Horizonte registrou o maior e mais estável crescimento da ocupação, com variações anuais sempre acima de 4% e médias anuais (tanto com a exclusão ou não do ano de 2002) acima da variação da ocupação total. Salvador foi a segunda RM onde a ocupação avançou mais rapidamente, porém, com o registro de maior instabilidade (maior volatilidade) na criação anual de novas vagas. Em São Paulo, onde o emprego evoluiu de forma bem parecida ao total das seis RMs – até pelo peso dessa RM no total –, mostrou em 2003 uma expansão ainda maior que a registrada em 2002. Por outro lado, Recife, Rio de Janeiro e Porto Alegre registraram variação da ocupação abaixo do total metropolitano. Rio de Janeiro, onde a ocupação cresceu em ritmo sempre abaixo de 3,3% – média da expansão anual da ocupação total de 2003 a 2006 –, foi a RM onde a ocupação só não cresceu menos, em termos relativos, do que em Porto Alegre. Essa última RM foi a que apresentou o pior avanço relativo da ocupação das seis RMs incluídas na PME, sendo que em 2006 a ocupação chegou a recuar em 0,1%.

Apesar de a ocupação por setor de atividade também apresentar distintas evoluções entre si, as participações da ocupação em cada setor perante o total não mostraram mudanças significativas, exceto pelo ocorrido nos setores de serviços prestados a empresas³ e comércio

TABELA 1

Varição anual da ocupação por região metropolitana

(Na variação % frente ao mesmo mês do ano anterior)

	RJ	SP	PA	BH	RE	SA	Total
2002 ^a	3,0	5,4	8,8	7,4	1,8	8,1	5,2
2003	2,9	6,1	3,0	5,5	5,2	2,7	4,7
2004	3,2	3,4	3,2	4,2	1,5	4,6	3,4
2005	2,5	2,0	2,6	4,5	0,5	2,7	2,4
2006	1,5	2,5	-0,1	5,1	4,4	4,6	2,6
Média anual	2,6	3,9	3,5	5,3	2,7	4,6	3,6
Média anual de 2003 a 2006	2,5	3,5	2,2	4,8	2,9	3,7	3,3

Fonte: IBGE/PME.

^a De março a dezembro.

3. Nessa classificação estão incluídos alugueiros, atividades imobiliárias e intermediação financeira.

(tabela 2). O primeiro setor mostra crescimento contínuo da participação da ocupação – de 1,1 ponto percentual (p.p.) de 2002 a 2006. Esse, ao ser agregado com a classificação outros serviços, somaria um total de 31,3% de toda a ocupação metropolitana da PME em 2006.

O segundo, em tendência contrária ao primeiro, registra queda contínua de sua participação perante o total de ocupados, atingindo 19,6% em 2006 (queda de 1,1 p.p.). Os demais setores não apresentaram grandes mudanças em suas participações na ocupação. A indústria de transformação, no entanto, foi o setor que apresentou a maior estabilidade na participação da ocupação quando comparado com os demais, contrastando bastante com o que ocorreu na década de 1990, quando houve uma realocação espacial do emprego industrial para as RMs (ver RAMOS; FERREIRA, 2005).

A ocupação por vínculo do trabalho mostra uma evolução, no mínimo, curiosa na qualidade dos empregos criados. O pífio crescimento do PIB em 2003 e a queda de dois dígitos dos rendimentos médios reais do trabalho principal no mesmo período trouxeram reflexos negativos à evolução do mercado de trabalho, dada pelo modo tangencial da inserção na ocupação. Embora tenha sido o ano em que ocorreu o maior fluxo anual de empregos da nova PME, mais de 97% deles foram informais e com baixos salários. A queda contínua dos rendimentos médios reais fez com que o membro secundário familiar (como filhos e cônjuge) entrasse no mercado de trabalho em busca de uma forma de recuperar parte da renda da família corroída naquele ano. Assim, muitas pessoas que ingressaram no mercado de trabalho aceitaram posições bastante precárias e com remunerações abaixo do que aceitariam em um período economicamente mais favorável.

Ao excluir da amostra os empregadores e trabalhadores não-remunerados (tabela 3), não só houve criação maciça de empregos informais em 2003, como também houve queda de 133 mil ocupações com carteira do setor privado, acelerando a elevação da informalidade. A única criação de emprego formal naquele ano foi de apenas 17 mil, em Regime Jurídico Único (RJU).

Nos anos seguintes o quadro foi de recuperação, com o progressivo crescimento dos empregos formais. Em 2004, foram criadas 408 mil ocupações formais (dos setores público e privado), com avanço menos expressivo dos empregos sem carteira e por conta própria (271 mil). No ano seguinte predominou maciçamente a criação de empregos formais (561 mil com carteira e 23 mil de RJU) *vis-à-vis* a queda de vagas informais (–121 sem carteira e –12 mil por conta própria). Em 2006, o processo de formalização da mão-de-obra continuou,

TABELA 2
Participação da ocupação por setor de atividade – 2002-2006
(Em %)

	Indústria de transformação	Construção civil	Comércio	Serviços prestados a empresas	Administração pública	Serviços domésticos	Outros serviços
2002	17,6	7,6	20,7	12,9	16,1	7,7	16,8
2003	17,6	7,5	20,2	13,4	15,8	7,6	17,1
2004	17,7	7,3	19,9	13,7	15,7	7,8	17,2
2005	17,7	7,2	19,7	13,9	15,7	8,2	17,0
2006	17,4	7,2	19,6	14,3	15,7	8,2	17,0

Fonte: IBGE/PME.

TABELA 3

Criação anual líquida de vagas – 2002-2006

(Em milhares)

Anos	Formais		Informais		Total ^a
	Com carteira	RJU	Sem carteira	Conta-própria	
2002 ^b	462	88	158	224	932
2003	-133	17	483	344	711
2004	348	60	268	5	681
2005	561	23	-121	-12	451
2006	345	24	-56	207	521

Fonte: IBGE/PME.

^a Excluindo-se empregadores e empregados não-remunerados.^b De março a dezembro.

mas de forma menos intensa: apesar de a criação de empregos formais ter sido superior à de informais, houve expansão considerável da ocupação por conta própria (207 mil).

A mudança na qualidade das vagas criadas é facilmente identificada no gráfico 3, pela observação das curvas de crescimento percentual frente ao mesmo mês do ano anterior de toda ocupação formal *versus* informal dos setores público e privado: o avanço do emprego formal vem se mantendo sempre acima da variação dos informais desde novembro de 2004.

Com isso, o grau de formalidade,⁴ que estava em 53,7% em dezembro de 2002, registrou sensível tendência de queda nos meses seguintes, até setembro de 2004, quando atingiu o patamar de 50,7% (gráfico 4). No entanto, o crescimento da formalidade ganhou corpo após esse período, até atingir o maior nível até então, em abril de 2006 (54,1%). De maio a dezembro, todavia, houve um recuo no processo de formalização da mão-de-obra, provavelmente resultante do período eleitoral, caracterizado por maior oferta de empregos informais,

GRÁFICO 3

Varição da ocupação formal e informal dos setores público e privado

(Variação % frente ao mesmo mês do ano anterior)



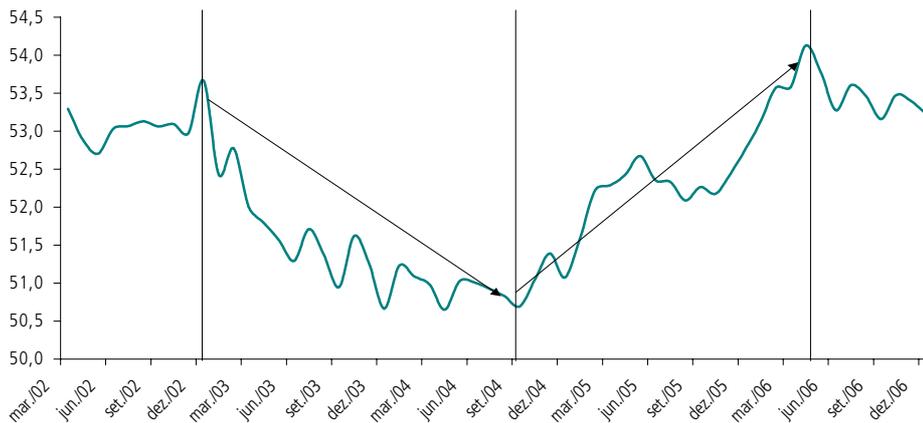
Fonte: IBGE/PME.

4. Relação da soma dos empregos com carteira (públicos e privados) pelo total da ocupação.

GRÁFICO 4

Grau de formalidade

(Em %)



fazendo com que o grau de formalidade atingisse 53,8% em dezembro de 2006. Vale ressaltar que o crescimento do grau de formalidade após setembro de 2004 foi apenas um movimento de recuperação da precariedade na criação de vagas observada em 2003, e não um avanço sem precedentes da formalização da mão-de-obra.

A ocupação se expandiu em diferentes níveis de acordo com as faixas etárias da população. As crianças com idade de 10 a 14 anos – proibidas por lei de trabalhar – têm diminuído sua participação perante o total de ocupados. Interessante observar que em 2003 houve expressivo aumento da participação dessas crianças no mercado de trabalho. Esse aumento da participação decorreu da expansão de mais de 80%⁵ desse contingente – passou de 68 mil em dezembro de 2002 para 125 mil em dezembro do ano seguinte. Tal movimento corrobora a hipótese de que o membro secundário familiar (nesse caso, os filhos) entrou no mercado de trabalho em 2003⁶ para ajudar no sustento do domicílio. Posteriormente, no entanto, houve sucessivas quedas desse contingente, que baixou a 57 mil em dezembro de 2006. Assim, sua participação no total da ocupação também voltou a cair para patamares abaixo do registrado em 2002 (tabela 4).

TABELA 4

Participação da ocupação por faixa etária – 2002-2006

(Em %)

Ano	10 a 14 anos	15 a 17	18 a 24	25 a 49	50 e +
2002	0,4	2,1	17,6	64,0	15,8
2003	0,6	2,1	16,8	63,8	16,8
2004	0,5	2,0	16,6	63,4	17,5
2005	0,3	1,8	16,2	63,7	18,0
2006	0,3	1,8	15,8	63,4	18,5

Fonte: IBGE/PME.

5. O número reduzido desse contingente resulta em maior volatilidade das variações anuais.

6. Muitos deles, possivelmente, foram obrigados a largar os estudos.

A redução da participação da ocupação das crianças não ocorre de forma isolada. Os demais contingentes – de 15 a 17, de 18 a 24 e de 25 a 49 anos – de ocupados também registraram redução da participação no total, mesmo com alguns contingentes tendo registrado crescimento. A exceção é somente para a ocupação das pessoas com 50 anos ou mais de idade, pois esse contingente vem crescendo em velocidade acima da ocupação total. Com isso, houve expressivo avanço da participação dessas pessoas no total da ocupação.

A ocupação por escolaridade mostra claramente a crescente competição por uma oportunidade de trabalho. A necessidade das empresas por aumento de produtividade para se manterem no mercado aliada ao crescimento da ocupação insuficiente para absorver todos os entrantes na PEA formam um filtro natural de seleção da ocupação beneficiando somente os detentores de maior grau de escolaridade. Vale notar que não só as pessoas com o menor grau de escolaridade estão perdendo participação na ocupação, mas também outros contingentes com mais tempo de permanência na escola (tabela 5).

Contudo, as pessoas sem instrução e com até um ano de estudo são as que mais estão perdendo vagas. De 2003 (inclusive) a 2006,⁷ esse contingente sempre registrou perdas líquidas da ocupação em uma média de $-4,3\%$ por ano. O contingente com um a três anos de estudo também mostra o mesmo padrão de queda, com variação positiva anual somente em 2003 ($6,4\%$). Apesar do seu forte crescimento em 2003, os anos seguintes foram marcados por um sólido movimento de redução⁸ desse contingente (média anual de $-3,6\%$). O contingente dos ocupados com quatro a sete anos de estudo também registrou a mesma linha de variação: crescimento em 2003 ($4,1\%$) e redução nos anos seguintes. No entanto, a diminuição desse contingente se deu de maneira mais tímida, com variações negativas de $1,3\%$, 2% e $0,3\%$, respectivamente para os anos de 2004, 2005 e 2006.

Os ocupados com 8 a 10 anos de estudo conseguiram alguma entrada na ocupação, mas como esse movimento se deu em ritmo abaixo da ocupação total houve também a perda da participação na ocupação total. Apenas o contingente com escolaridade acima de 11 anos registrou crescimento expressivo acima da ocupação total, o que resultou em uma expansão de sua participação de $45,8\%$ na média de 2002 para $52,2\%$ em 2006. O forte crescimento na participação dessas pessoas na ocupação denota claramente o filtro natural resultante da maior competição por uma vaga de trabalho.

TABELA 5
Participação da ocupação por grau de escolaridade – 2002-2006
(Em %)

Período	Sem instrução e menos de 1 ano	1 a 3	4 a 7	8 a 10	11 e +
2002	3,1	6,7	24,9	19,5	45,8
2003	3,0	6,3	24,7	19,1	46,8
2004	2,8	5,9	24,1	18,7	48,6
2005	2,4	5,6	23,1	18,5	50,4
2006	2,4	5,3	22,1	18,1	52,2

Fonte: IBGE/PME.

7. Não se adicionou à conta o ano de 2002 porque a PME começou em março daquele ano.

8. As quedas da ocupação das pessoas com um a três anos de estudo para os anos de 2004, 2005 e 2006 foram, respectivamente, de $5,6\%$, $5,3\%$ e $9,7\%$.

3 DESEMPREGO

A taxa de desemprego está em trajetória de queda, de acordo com a nova PME. Após a queda de 2,4 p.p. de março a dezembro de 2002, o ano seguinte foi marcado pela deterioração desse indicador, dada a evolução precária do mercado de trabalho naquele período, pois, mesmo com a forte criação de vagas em 2003, houve uma entrada de mais de um milhão de pessoas na força de trabalho (PEA) no mesmo período. Por isso, a taxa de desemprego média anual passou a crescer de 11,7%⁹ em 2002 para 12,9%. No entanto, nos anos de 2004 e de 2005 esse indicador passou a registrar sensíveis quedas das médias anuais (gráfico 5) até atingir patamar de um dígito no último ano (9,8%).

No ano de 2006 o mercado de trabalho evoluiu de maneira diferente do registrado em 2005, pois, mesmo com maior crescimento do emprego em 2006 do que no ano anterior, a PEA também cresceu de forma mais expressiva, aumentando a taxa de participação¹⁰ e dificultando a queda da taxa de desemprego.

O motivo para tal fenômeno pode ser atribuído, mesmo que em parte, ao aumento progressivo dos rendimentos médios reais, que acabam atraindo mais pessoas para o mercado de trabalho, e pelo período eleitoral, que é caracterizado por algum aumento da oferta de emprego, mesmo que informal (o que pode também atrair mais pessoas ao mercado de trabalho, ainda que apenas para uma oportunidade temporária de ocupação).

O recuo da taxa de desemprego resultou das expansões da ocupação em ritmo acima do crescimento da PEA. O gráfico 6 mostra que a curva de crescimento anual da ocupação se manteve em patamares acima da curva de expansão da PEA de junho de 2004 a maio de 2006.

No entanto, a partir de maio de 2006, quando houve forte aceleração do crescimento da PEA – chegando ao pico de 4,2% em agosto frente ao mesmo mês do ano anterior –, o resultado foi o aumento da taxa de desemprego. Em dezembro de 2006, ambos os contingentes cresceram na mesma velocidade anual: 2,6%.

GRÁFICO 5

Evolução da taxa de desemprego mensal e média anual

(Em %)



Fonte: IBGE/PME.

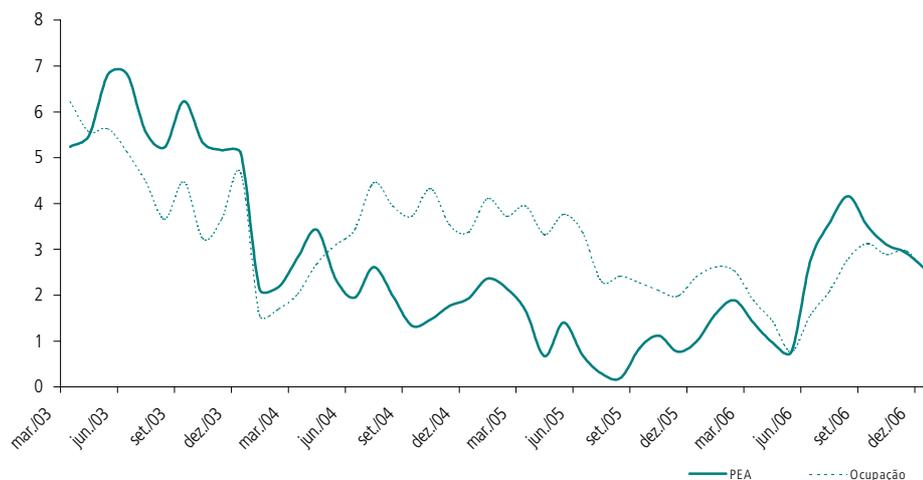
9. Na média de março a dezembro.

10. Relação da PEA sobre População em Idade Ativa (PIA).

GRÁFICO 6

Crescimento anual da ocupação e PEA

(Variação % frente ao mesmo mês do ano anterior)



Fonte: IBGE/PME.

4 RENDIMENTOS REAIS DO TRABALHO PRINCIPAL

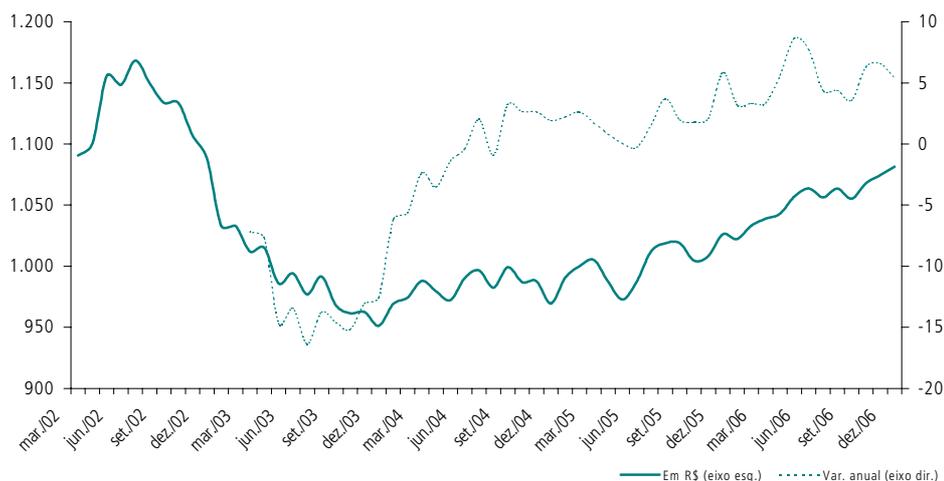
A média de rendimentos reais habitualmente recebidos do trabalho principal passou por uma evolução bastante particular. Esse indicador se encontrava em R\$ 1.090,60¹¹ em março de 2002 e após dois meses chegou a atingir o nível de R\$ 1.155,75. Nos meses seguintes, no entanto, predominou a queda na variação mensal desse indicador – frente ao mês imediatamente anterior – até o patamar de R\$ 1.087,89 em dezembro daquele ano (gráfico 7).

O movimento de corrosão dos rendimentos reais se manteve de maneira ainda mais intensa em 2003, fazendo com que a variação frente ao mesmo mês do ano anterior atingisse patamar de dois dígitos a partir de maio. Esse movimento acumulado resultou na queda de 12,9%,¹² na comparação de dezembro de 2003 com o mesmo mês do ano anterior.

GRÁFICO 7

Evolução do nível dos rendimentos médios reais habitualmente recebidos

(Em R\$ de fevereiro de 2007)



Fonte: PME/IBGE.

11. Em reais de fevereiro de 2007, último dado disponível.

12. Vale notar que a queda anual chegou a 16,4% em julho de 2003 ante o mesmo mês de 2002.

Nos anos seguintes, iniciou-se uma recomposição progressiva dos rendimentos reais. Em janeiro de 2004, esse indicador estava em R\$ 969,07 e registrou sete meses de variação positiva – mesmo que de forma não consecutiva – no ano. Como também houve cinco movimentos de queda mensal naquele ano, também frente ao mês anterior, o avanço dos rendimentos reais ficou reduzido, finalizando o ano quase que no mesmo nível de janeiro – registrando a tênue expansão de 1,9% na comparação com dezembro do ano anterior. A recomposição dos rendimentos ganhou força em 2005, com nove meses de variação positiva no ano, impulsionando o crescimento – na comparação com o mesmo mês do ano anterior – para 5,8% em dezembro, a maior variação positiva alcançada até então.

No ano seguinte, o mesmo comportamento de crescimento se manteve, com predominância de variações mensais positivas, atingindo, inclusive, crescimento de 8,7% em maio, ante o mesmo mês de 2005, e finalizando o ano com variação anual de 5,4%.

Foram diversas as causas da recomposição dos rendimentos reais. O arrefecimento da inflação acumulada em 12 meses abriu caminho para que os reajustes salariais conseguissem suprir a corrosão monetária, dado que tais dissídios não precisariam alcançar patamares muito elevados, como no passado, para recompor a variação da inflação no período. Somada a isso, a convivência com inflação baixa fez com que os trabalhadores e sindicatos passassem a fazer negociações salariais mais eficientes. De acordo com o Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (Dieese) (ver DIEESE, 2007), o ano de 2006 foi marcado por um resultado melhor em relação às negociações de reajustes salariais desde em 1996, quando iniciou-se esse levantamento. Noventa e seis por cento das 656 negociações analisadas no ano garantiram, no mínimo, a manutenção do poder de compra dos salários estipulados na data-base anterior.¹³ Os reajustes superiores à inflação representaram 86% do total, o que também foi a maior marca registrada de acordo com o Dieese.

Outros fatores também contribuíram com o crescimento dos rendimentos reais, como o reajuste de dois dígitos do salário mínimo e do funcionalismo público. Somando-se a isso, e como tem havido expansão maior dos empregos formais – categoria que recebe rendimentos acima dos informais –, a média de rendimentos acaba sendo “puxada” para cima, o que se pode atribuir ao chamado efeito composição.¹⁴

No entanto, apesar da clara tendência de avanço dos rendimentos médios reais, após a forte queda desse indicador em 2003 o período de recomposição nos três anos seguintes não foi suficiente para superar o patamar registrado em dezembro de 2002, o que denota que, na verdade, não houve crescimento de fato da renda média real habitual quando se compara o período antes de 2003. O que de fato vem ocorrendo é a simples volta gradual do poder de compra do trabalhador após a grande perda ocorrida em 2003.

5 CONSIDERAÇÕES GERAIS

O mercado de trabalho pós 2002 passou por um período de precariedade de seus indicadores, e apesar da grande quantidade de vagas criadas, as inserções na ocupação foram tangenciais – quase todas as vagas eram informais. Porém, nos anos seguintes, a recuperação dos principais indicadores agregados do mercado de trabalho é clara, com exceção da quantidade de vagas

13. Através da incorporação da variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), calculado pelo IBGE.

14. Aumento da composição do emprego formal perante o total da ocupação concomitantemente com a redução da participação relativa do contingente sem carteira do setor privado.

criadas, que se tornou cada vez menor em comparação com o ano anterior até 2006, quando houve quebra dessa tendência de queda. A qualidade das vagas criadas mostrou nítida melhora com o passar dos anos, com maior avanço do emprego formal. A taxa de desemprego média anual mostrou redução significativa após 2003, até atingir, em 2005, o menor patamar médio anual da série histórica da PME: 9,8%. O grau de formalidade caiu bastante em 2003, mas recuperou a perda daquele ano atingindo patamares históricos em 2006. Os rendimentos reais também passaram por recuperação daquela corrosão sofrida no pior ano para o mercado de trabalho metropolitano (2003). O trabalho infantil mostra sinais de erradicação, mesmo que de forma lenta, apesar de ainda existirem crianças na ocupação.

Outro ponto a destacar é a percepção de competição maior por uma vaga de trabalho, com a criação de uma espécie de filtro natural de seleção que acaba excluindo da ocupação as pessoas com menor grau de escolaridade, dificultando a entrada daquelas com escolaridade média e beneficiando claramente as mais escolarizadas (com mais de 11 anos de estudo).

REFERÊNCIAS

DIEESE. Balanço das negociações dos reajustes salariais em 2006. *Estudos e Pesquisas*, ano 3, n. 33, mar. 2007.

IBGE. Pesquisa Mensal de Emprego. *Série de Relatórios Metodológicos*, v. 23, Rio de Janeiro, 2002.

RAMOS, L.; FERREIRA, V. Geração de empregos e realocação espacial no mercado de trabalho brasileiro – 1992-2002. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, Rio de Janeiro, v. 35, n. 1, 2005.